Parte 3 - Pesquisa qualitativa: aplicações nos estudos urbanos

O discurso do medo e sua influência na geografização das práticas de violência

Xisto Serafim de Santana de Souza Júnior

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

SOUZA JÚNIOR, X.S.S. O discurso do medo e sua influência na geografização das práticas de violência. In: MARAFON, G.J., RAMIRES, J.C.L., RIBEIRO, M.A., and PESSÔA, V.L.S., comps. *Pesquisa qualitativa em geografia: reflexões teórico-conceituais e aplicadas* [online]. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2013, pp. 288-304. ISBN 978-85-7511-443-8. <https://doi.org/10.7476/9788575114438.0018>.

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Parte 3
Pesquisa qualitativa:
aplicações nos estudos urbanos

O discurso do medo e sua influência na geografização das práticas de violência

Xisto Serafim de Santana de Souza Júnior

Não é de hoje que a violência tem deixado de se apresentar como um fenômeno urbano para se constituir como um evento constante no cotidiano das cidades, despertando a preocupação de gestores públicos (em suas três escalas de atuação), empreendedores urbanos e segmentos da sociedade civil organizada.

No meio acadêmico, a difusão dos eventos de violência tem despertado o interesse de diversos campos do conhecimento, todos, segundo sua especialidade, voltados à compreensão dos fatores responsáveis por sua origem e das consequências (sociais e espaciais) de sua difusão. Os debates sobre a violência, especialmente aquela evidenciada nos espaços urbanos, têm uma de suas origens no campo da psicologia e da filosofia, a partir da análise do comportamento do indivíduo. Por intermédio dos sociólogos, a discussão ganha maior complexidade, quando passa a ser observada a partir da relação e das influências de grupos, ou seja, como um evento coletivo. Na geografia, a inclusão desse tema foi despertada tardiamente, em especial, pelos geógrafos marxistas preocupados com os efeitos espaciais do processo de exclusão socioespacial.

Foi com base na compreensão sobre a necessidade de contribuímos para a análise da influência geográfica dos eventos de violência no processo de produção dos espaços, em particular o urbano, que propusemos essa problemática como tema a ser pesquisado pelo Grupo de Pesquisas Integradas em Desenvolvimento Socioterritorial, da Unidade Acadêmica de Geografia da Universidade Federal de Campina Grande (GIDs/UFCG), por meio das linhas de pesquisa Produção do Espaço e Desenvolvi-

mento Regional (GEDURB), Geografia da Saúde e Questões Metodológicas e Monitoramento e Sustentabilidade Ambiental. Estruturamos o resultado das discussões em um projeto de pesquisa desenvolvido pelo grupo, tendo a cidade de Campina Grande/PB como recorte territorial analítico.

Inicialmente, essa pesquisa esteve pautada na análise da geografação da violência com base nos parâmetros da pesquisa qualitativa e teve como umas das principais referências os textos de Minayo (1998, 2005) e Lefèvre e Lefèvre (2003), por meio dos quais estruturamos uma hemeroteca cuja análise do discurso possibilitou mapear os eventos de violência em Campina Grande e observar as intencionalidades do discurso da violência e do medo, conforme pudemos verificar em Santos (2011). A segunda etapa esteve pautada na análise teórica sobre a geografação da violência a partir da difusão desse discurso, observando-se a consequência do processo de desconcentração territorial da violência no Brasil e suas consequências na dinâmica territorial de espaços com complexidade urbana intermediária – as cidades médias e as de porte médio –, sendo este o principal foco do texto ora apresentado.

A junção dos fundamentos metodológicos possibilitou uma leitura sobre a intencionalidade do discurso na difusão da geografia do medo como um “mito” decorrente do aumento da violência nos espaços urbanos. A associação desse evento a um “mito” sustenta-se no argumento de que, embora seja fato o aumento dos indicadores de violência, especialmente nas cidades de porte médio ou nas cidades médias, o maior impacto no cotidiano urbano decorre dos discursos provenientes desse evento, tanto os oficiais, que são difundidos pela mídia e despertam na sociedade a “sensação de catastrofismo”, quanto aqueles reproduzidos em imagens criadas pelos próprios sujeitos sociais que se apropriam dos espaços.

Em uma pesquisa sobre a violência urbana e as mudanças de territorialidades provocadas pelas relações sociais de poder entre grupos que disputam o domínio de um mesmo espaço, a identificação dos diferentes discursos sobre a expressão geográfica caracteriza-se como um elemento fundamental. A cidade do medo, como uma das expressões da organização territorial da insegurança urbana, é contextualizada de forma diferenciada entre os diversos sujeitos sociais. A superposição dessas impressões sobre o urbano, produto da violência, é possível a partir da montagem de uma matriz discursiva, na qual se evidenciam os diferentes discursos sobre as expressões da violência no espaço urbano.

Contudo, o fato de se ter como meta elaborar uma matriz sobre as informações de relação entre os indicadores geográficos e as práticas de violência urbana torna necessário o uso do aporte de procedimentos da pesquisa quantitativa, especialmente no que se refere à formação do rol de ocorrências relacionadas às suas geograficidades, que são

utilizadas, portanto, como estratégia amostral da situação evidenciada na atual estrutura socioespacial em cidades de médio porte, especialmente em municípios nordestinos.

Embora ainda em desenvolvimento, a pesquisa realizada pelo GIDs constatou, segundo os registros oficiais, a existência de um processo significativo de desconcentração dos casos de violência no Brasil, levando em consideração o fato de que o país vivencia uma nova etapa de reconfiguração de seu quadro socioterritorial no que se refere ao indicador mencionado, o qual se agrava a partir da difusão do discurso do medo, especialmente em cidades de porte médio, onde ainda se evidencia uma ausência do Estado e da implementação de tecnologias para prevenir e reduzir as violências.

Este texto está dividido em três partes. Na primeira, analisamos os fundamentos conceituais e teóricos que caracterizam a violência como um evento geográfico de grande influência no ordenamento urbano. Trabalhamos a noção de espaço e de violência a partir do discurso e da intencionalidade. Na segunda, examinamos os fatores responsáveis pela desconcentração da violência no Brasil e seu rebatimento nas cidades de complexidade urbana emergente. Na terceira, por fim, apresentamos uma breve descrição dos procedimentos adotados com ênfase na formação do discurso como fomento à difusão da sensação do medo e de insegurança.

A geografia do medo: mito ou realidade a partir do discurso

A violência corresponde a um tema controvertido e dialético, produto tanto de um sensacionalismo difundido em diferentes meios de comunicação de massa quanto de fatos registrados e mensurados por órgãos oficiais (Waiselfisz, 2008) e dos relatos das experiências qualitativas pautadas em reproduções de imagens que os cidadãos passam a materializar acerca de seu espaço de vivência. Isso demonstra que o “medo” ou a “sensação de insegurança” corresponde a uma tendência mundial, mas bem evidenciada em países com fortes diferenças sociais. A presença dessa “sensação de risco constante” tem se constituído em uma realidade presente não apenas nas grandes cidades, mas, de forma cada vez mais ampla, em cidades de porte médio ou cidades médias, além dos registros de aumento em cidades pequenas.

Ao contrário do que se evidenciou em décadas anteriores, o aumento da violência nos espaços urbanos de média e baixa complexidade já se apresenta como um fato na realidade brasileira; embora o evento da violência nos espaços urbanos não se apresente como algo novo, uma vez que, já na Idade Média, por exemplo, a imagem da cidade se estruturava por uma conjuntura contraditória: se, por um lado, expressava sensação de segurança, por outro, era um espaço constituído pela difusão da violência.

Emana no âmago da realidade urbana emergente a evidência de práticas prejudiciais ao indivíduo, tanto no que se refere à sua integridade física quanto no que

diz respeito ao seu patrimônio, o que influencia a difusão de concepções que passam a adjetivar o espaço urbano, a exemplo das noções de segregação e exclusão social e territorial. Nas cidades do passado, assim como nas de hoje, a violência se torna um elemento que condiciona as práticas urbanas de uso e ocupação do solo, ainda que com níveis de complexidade diferentes entre as duas realidades observadas nesse exemplo, a cidade da Idade Média e as cidades de hoje.

Para Le Goff, na Idade Média/na Antiguidade, por exemplo, as práticas do roubo correspondiam a um crime cuja punição era bem mais severa do que a realizada nas cidades de hoje, cuja violência tornou-se expressão da agressão ao psicológico da coletividade. “Hoje, estaríamos quase mais preocupados com as incivildades, os desentendimentos cotidianos aparentemente sem gravidade, as pequenas agressões” (1998, p. 73).

O sentido da violência nas cidades de hoje é, portanto, diferente de seu significado em outros momentos da história, pois a complexidade social coloca em xeque não apenas a integridade física ou a propriedade pessoal ou coletiva, mas a própria integridade psicológica do indivíduo-cidadão e da coletividade social, no que diz respeito ao amor à cidade por meio da formação de uma identidade com a mesma decorrente de práticas cotidianas. Os espaços nas cidades se tornaram o espaço das diferenças, do desconhecido, do estranhamento e da submissão ao medo da agressão física e simbólica (Carlos, 2001).

A violência urbana, como materialização das práticas socioespaciais (individuais ou coletivas), corresponde a uma questão de interesse geográfico, na medida em que condiciona as práticas urbanas dos diferentes segmentos da sociedade, incluindo os sujeitos responsáveis por seu planejamento e ordenamento territorial. De acordo com Rodrigues (2002), a violência é expressa no ambiente urbano a partir de alguns indicadores considerados fundamentais ao processo de ordenamento desse espaço, como a falta de urbanidade.

O fato é que a violência expressa no espaço consolida a segregação urbana por meio da reprodução de espaços de insegurança – maior parte dos espaços da cidade ocupados principalmente por uma população de baixo poder aquisitivo – e espaços compostos por edificações que se constituem cada vez mais como verdadeiras fortalezas.

Diante do quadro de referência apresentado, a violência se constitui como prática ou atentado, físico ou moral, que venha a gerar danos à vítima (Eufrásio, 2009). Nesse campo de ação, percebemos diariamente que a violência se propaga rapidamente em diversas escalas, sendo identificada em inúmeros tipos de expressão, como individual, sexual, contra o patrimônio, psicológica, entre outros. Os aspectos comuns entre essas expressões estão relacionados ao fato de passarem a ter significado urbano quando entendidas em sua geografização.

Em virtude das diferentes maneiras de se praticar a violência, podemos destacar que esta se evidencia de forma mais intensa em espaços segregados tanto pelas relações de produção quanto pelas intencionalidades que condicionam seu uso ou não uso. O discurso da “geografia da violência” materializa-se, portanto, na própria concepção de espaço e em suas variantes, especialmente no que se refere às relações de poder presentes no espaço e nas concepções de violência e insegurança.

Santos concebe o espaço como um metaconceito para a geografia, o qual se constitui como um “conjunto indissociável e solidário de sistemas de objetos e ações” (1997, p. 51). Em sua relação com a violência, essa concepção é apropriada ao estudo do medo urbano, visto que é no ambiente urbano que encontramos maior complexidade de objetos e ações, representados pelas relações de trocas entre todos que o compõem.

O aumento da violência em espaços de uso coletivo, associado ao consequente sentimento de insegurança, constitui-se, nas sociedades de hoje, como sequela das transformações radicais observadas nos espaços urbanos, as quais são decorrentes de uma série de eventos conflitantes e cada vez mais complexos que envolvem os diversos sujeitos sociais. O entendimento das consequências espaciais de sua geografização torna-se, assim, um desafio para os setores administrativos responsáveis pelo ordenamento urbano.

Como realidade socioespacial, a violência materializa-se nas práticas de agressão (moral, psicológica ou física), contra o patrimônio e contra as pessoas, sendo “as péssimas condições sociais e de qualidade de vida e as injustas estruturas em que vive a maioria da população [...] as bases e os germes da violência” (Gomes, 1993, p. 11). Contudo, o debate sobre essa questão ainda gera incertezas, por causa da dificuldade de se identificarem os aspectos que caracterizam a violência em espaços urbanos.

Para compreender melhor a complexidade da relação entre violência e espaço, complexidade que se materializa nos discursos, recorremos a dois importantes dicionários filosóficos. Segundo Abbagnano, a palavra violência origina-se do latim *violentia* e corresponde a “ação contrária à ordem [moral, jurídica ou política] ou à disposição da natureza” (2012, p. 1198), tendo como causa primária a vontade de poder. Já Audi (2006, p. 983) vai um pouco além, ao designar a violência como expressão do uso da força para causar dano físico, emocional ou psicológico. Ao se expressar no espaço, a violência materializa-se no âmbito físico, pois influencia suas estruturas e formas, e no âmbito psicológico ou emocional, pois influencia os valores e práticas sociais. É, portanto, um evento determinante em funções e processos espaciais.

No contexto físico, a violência é expressa contra o indivíduo e seu patrimônio, sendo geograficamente delimitada como evento socioespacial. Já no contexto moral, interfere nas condições de acessibilidade do sujeito-indivíduo ao se infiltrar em sua mente, atuando na imagem de cidade reproduzida ele e, portanto, em seu discurso. No

primeiro caso, pode-se falar da geografia da violência e, no segundo, da geografia do medo ou da insegurança.

Essas relações de violência são favorecidas nas práticas do homem com o espaço em que vive, as quais nem sempre ocorrem de forma harmoniosa, uma vez que envolvem uma disputa constante por territórios, sendo materializadas por competições, rixas, disputas etc., segundo as intencionalidades dos sujeitos sociais que as praticam. Conforme salienta Eufrásio (2009), a violência remonta às ocupações primitivas, organizadas em grupos, nos quais o convívio estava condicionado às formas de ocupação (relações de poder no espaço).

A preocupação com a violência configura-se, portanto, como um tema presente em diversos debates sobre o uso funcional e coletivo de espaços, tendo em vista a natureza destes para o contexto social a partir das intencionalidades dos sujeitos e das relações de poder estabelecidas entre eles. A violência é, então, um mecanismo de produção e reprodução de territórios.

A origem do termo *território* encontra-se diretamente relacionada às práticas que justificam as formas pelas quais o homem vem participando da produção do espaço em que vive. Assim, o uso dessa concepção passa a ser associado a uma diversidade de significações, quase sempre ligadas às relações de poder entre os sujeitos sociais. Mais do que a compreensão do significado de território, o problema passa a ser a necessidade de identificar suas diversas origens e, assim, definir as tendências ou imagens produzidas como mecanismo de apropriação do espaço.

O questionamento sobre a produção do espaço, expresso como território, demanda a necessidade de identificar não apenas os sujeitos ou como eles atuam, mas os motivos que os levam a atuar de determinada maneira e não de outra; de valorizar determinados elementos socioespaciais e desconsiderar outros; de optar por algumas formas de participar da produção do espaço e ignorar outras igualmente relevantes.

Tais contradições justificam o fato de muitos pesquisadores conceberem a existência de uma crise na cidade e da cidade, a qual se materializa no aumento dos casos de violência e pela própria difusão do discurso do medo. Essa crise, no entanto, não se evidencia apenas em termos de uma matriz teórica representada por diversas indefinições conceituais, mas como fruto das próprias relações socioespaciais que acabam influenciando os indivíduos a submeterem o uso dessa terminologia a qualquer fator, conjuntura ou modelo, sem se preocupar com a identificação dos elementos que condicionam sua produção: organização e reorganização dos espaços. Isso propicia a construção de mitos e, com eles, a (re)produção de formas e processos que caracterizam os territórios como expressão geográfica das relações sociais no espaço urbano (Haesbaert, 2004).

Assim, os sujeitos sociais são concebidos como mentores das divergências na produção do espaço, segundo as quais o território da apropriação é, simultaneamente,

o da desapropriação e o da condição. Alguns de forma consciente, estruturando os elementos que possibilitem determinado tipo de formação socioespacial; outros de forma espontânea, sem maiores preocupações com os debates que resultam na produção social do espaço.

Como essência, essas intencionalidades são pouco percebidas pela sociedade, já que a população, de modo geral, tem restrições para observar os condicionantes que tornam os arranjos aparentemente invisíveis, especialmente quando estes produzem e reproduzem um discurso de massificação da sensação de insegurança imbuído na sociedade, incertezas quanto à relação entre a ausência de usos dos espaços e a reprodução do sentimento de insegurança. De fato, dependendo da intencionalidade do discurso, a geografização da violência decorre, por uma perspectiva, do sentimento do medo originado pela redução do uso dos espaços e, por outra, da redução do uso dos espaços como consequência da difusão do discurso do medo.

Nesse contexto, a geografia do medo se apresenta como “mito”, pois sustenta seu alicerce na intencionalidade dos discursos, se concebermos intencionalidade como “propriedade de muitos estados e eventos mentais pela qual estes são dirigidos” (Searle, 2002, p. 1). Expressões como crenças, temores, esperanças e desejos se configuram como indicativos de intencionalidades, uma vez que se caracterizam como fenômenos que representam determinada coisa ou objeto (Audi, 2006) e são, portanto, o resultado da mente tentando obter uma satisfação.

Exemplos disso estão pautados nos estereótipos reproduzidos pela mídia ao associar as condições sociais à expressão da geografia do medo ou ao condicionar a imagem de segurança à materialização de relações de poder das práticas territoriais de alguns sujeitos sociais. Cria-se, desse modo, um discurso “virtual do medo urbano”, segundo o qual a sensação de insegurança passa a ser independente das condições sociais dos indivíduos.

Logo, a geografização da violência no espaço urbano é pautada não apenas em eventos reais, expressos em números e devidamente mensurados por setores do Estado responsáveis pelo processamento de ocorrências, mas também em aspectos virtuais, materializados em discursos que interferem de forma mais agressiva na dinâmica urbana, uma vez que se infiltram no imaginário social e condicionam o uso dos espaços por meio da sensação de insegurança. Produz-se, assim, uma imagem catastrófica para o futuro da cidade.

A desconcentração geográfica da violência e seus efeitos no imaginário social

A violência, como evento social dos espaços urbanos, tem passado por uma alteração em sua escala de abrangência e em suas condições de difusão, na qual se evidencia

uma desconcentração dos eventos e de seus impactos socioterritoriais, conforme mostra o mapa da violência 2012 (Waiselfisz, 2011).

De fato, tem se evidenciado uma mudança nos padrões de violência fatal no Brasil, especialmente no que se refere ao processo de desconcentração, em que os grandes centros vêm reduzindo o número de crimes letais contra o indivíduo. O que outrora valorizava a previsibilidade das ocorrências, identificando os estados e locais em que se mostrava aumento da violência, passou a se configurar como um desafio, em virtude das mudanças na espacialização dos eventos de violência.

Nas últimas três décadas, apesar das diversas medidas de combate às práticas da violência, especialmente àquelas que resultam em óbito, o Brasil continuou registrando um aumento significativo de ocorrências, especialmente em áreas urbanas (Governo Federal, 2000), embora a variação tenha, a partir de 2003, passado por momentos de oscilações anuais, em função de políticas do governo federal, em parceria com outros segmentos sociais, destinadas à promoção do desarmamento e de ações específicas de promoção da segurança, especialmente nos grandes centros urbanos (Waiselfisz, 2011).

Em estudo realizado por Waiselfisz (2005), a média anual de homicídios no país supera o número de vítimas decorrentes de grandes confrontos armados evidenciados no mundo entre 2004 e 2007; o número de mortos no Brasil superou o de mortos nos 12 maiores conflitos mundiais ocorridos no período mencionado. Os dados do Ministério da Justiça (2006) referentes ao período entre janeiro de 2004 e dezembro de 2005 evidenciam que quase 50% dos crimes violentos letais e intencionais (com óbitos) ocorreram na Região Sudeste e apenas 30%, no Nordeste. Já os dados do Ministério da Saúde referente a esta última década, publicados pelo Sistema de Informação sobre a Mortalidade (SIM), mostram uma mudança na geografia da violência urbana no Brasil: a desconcentração por unidade da Federação (tabela 1).

Tabela 1 – Ordenamento das unidades da Federação por taxa de homicídios em 100 mil, Brasil 2000-2010

	2000		2010	
	Taxa	Posição	Taxa	Posição
Alagoas	25,6	11 ^a	6,8	1 ^a
Espírito Santo	46,8	3 ^a	50,1	2 ^a
Pará	13,0	21 ^a	45,9	3 ^a
Pernambuco	54,0	1 ^a	38,8	4 ^a
Amapá	32,5	9 ^a	38,7	5 ^a
Paraíba	15,1	20 ^a	38,6	6 ^a
Bahia	9,4	23 ^a	37,7	7 ^a
Rondônia	33,8	8 ^a	34,6	8 ^a

Paraná	18,5	16 ^º	34,4	9 ^º
Distrito Federal	37,5	7 ^º	34,2	10 ^º
Sergipe	23,3	12 ^º	33,3	11 ^º
Mato Grosso	39,8	5 ^º	31,7	12 ^º
Amazonas	19,8	14 ^º	30,6	13 ^º
Ceará	16,5	17 ^º	29,7	14 ^º
Goiás	20,2	13 ^º	29,4	15 ^º
Roraima	39,5	6 ^º	27,3	16 ^º
Rio de Janeiro	51,0	2 ^º	26,2	17 ^º
Mato Grosso do Sul	31,0	10 ^º	25,8	18 ^º
Rio Grande do Norte	9,0	24 ^º	22,9	19 ^º
Tocantins	15,5	19 ^º	22,5	20 ^º
Maranhão	6,1	27 ^º	22,5	21 ^º
Acre	19,4	15 ^º	19,6	22 ^º
Rio Grande do Sul	16,3	18 ^º	19,3	23 ^º
Minas Gerais	11,5	22 ^º	18,1	24 ^º
São Paulo	42,2	4 ^º	13,9	25 ^º
Piauí	8,2	25 ^º	13,7	26 ^º
Santa Catarina	7,9	26 ^º	12,9	27 ^º

	<i>Ranking</i> dos dez estados mais violentos
--	---

Fonte: Adaptado de Waiselfisz (2011).

Segundo esse levantamento, há uma alteração no registro de criminalidades nos dez estados tradicionalmente considerados mais violentos, dos quais se destacam os da Região Sudeste, e uma mudança segundo a própria complexidade urbana, na qual as cidades de porte intermediário passam a liderar as principais ocorrências, especialmente no que se refere aos crimes letais.

Em menos de dez anos, ocorreu uma desconcentração geográfica do *ranking* de estados com maiores indicadores de violência, assim como da própria região. No contexto regional dos anos 2000, dos dez estados com maiores taxas de violência, o Sudeste e o Centro-Oeste lideravam os indicadores, enquanto, em 2010, a situação sofreu uma inversão significativa com o predomínio dos estados das regiões Norte e Nordeste com registros de maiores taxas.

Essa nova geografia da violência se estrutura por causa de uma intervenção mais representativa do poder público nas escalas federal e estadual, especialmente nos estados que lideravam os registros (Pernambuco, Rio de Janeiro, Espírito Santo e São Paulo). Com exceção do Espírito Santo, que subiu um patamar no *ranking*, as políticas de intervenção surtiram um efeito significativo nos estados com maiores registros:

Pernambuco desceu três posições, e Rio de Janeiro e São Paulo, estados em que a intervenção foi mais significativa, desceram 15 e 21 posições, respectivamente.

Por outro lado, os estados de Alagoas, Paraíba e Bahia, que em 2000 estavam, respectivamente, na 11^a, 20^a e 23^a posições, passaram a ocupar o 1^o, 6^o e 7^o lugares. Também nos estados do Espírito Santo, Pará, Amapá e Paraná os registros expressaram a ocorrência de casos de violência.

Observando-se atentamente a tabela, dos cinco estados menos violentos em 2000, o Nordeste possuía a representação de três (Bahia, Rio Grande do Norte e Maranhão), os quais, seguindo a tendência dos demais estados da região – excetuando-se Pernambuco e Piauí, cujos indicadores foram reduzidos na década de análise –, apresentaram um aumento no registro de violência, sendo a situação mais representativa a do estado da Bahia, que saiu da posição 23 para a de número 7 e se posicionou no rol dos dez estados mais violentos no início da década de 2010.

A desconcentração é sustentada pela hipótese de que os estados mais violentos passaram, especialmente a partir da metade da década de 2000, por fortes intervenções do Estado (sujeito gestor) e de outras representações da sociedade civil organizada, a exemplo das políticas de desarmamento e de revisões na legislação em vigor, implementadas nos estados de Pernambuco, Rio de Janeiro e São Paulo.

Os estados do Norte e Nordeste transformaram-se, então, em áreas geográficas cujas práticas de violência tornaram-se um elemento comum nos territórios, sendo a principal preocupação o estado de Alagoas. Ao contrário, Rio de Janeiro e São Paulo reduziram as taxas de violência e se distanciaram do rol de estados mais violentos.

No âmbito estadual, tem se evidenciado algo semelhante. Até os anos 2000, a violência esteve centrada nas capitais e nos grandes centros urbanos (tabela 2).

Tabela 2 – Ocorrências registradas pelas polícias civis relativas a crimes violentos letais intencionais nos municípios com população superior a 100 mil habitantes – 2004-2005

Município	Estado		Número de ocorrências	Taxa/mil habitantes	Número de ocorrências	Taxa/mil habitantes
			2004		2005	
Tefé	AM	61.399	-	-	-	-
Parintins	AM	102.066	-	-	-	-
Marabá	PA	233.462	82	44,1	52	26,56
Petrolina	PE	294.081	68	28,2	56	22,07
Campina Grande	PB	385.276	74	20,1	120	31,90
Mossoró	RN	259.886	35	15,7	49	21,55
Teófilo Otoni	MG	134.733	80	62,3	61	47,73
Anápolis	GO	335.032	141	46,6	169	53,92
Uberlândia	MG	600.285	138	24,8	214	36,56

Resende	RJ	119.801	70	62,0	108	91,98
São J. do Rio Preto	SP	408.435	140	35,9	105	25,81
Marília	SP	216.684	70	33,0	55	25,00
Presidente Prudente	SP	207.625	94	47,3	60	29,41
Londrina	PR	506.645				
Dourados	MS	196.068	131	74,1	144	78,65
Itajaí	SC	183.388	87	54,8	91	55,17
Chapecó	SC	183.561	64	39,7	64	37,81
Passo Fundo	RS	184.869	141	78,6		

Fonte: Ministério da Justiça (2006)/ Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP)/ Secretarias Estaduais de Segurança Pública/ Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública – Coordenação Geral de Pesquisa/ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em 27 abr. 2011.

Tendo em vista o desenvolvimento urbano das cidades de pequeno e médio porte, com população entre 100 mil e 500 mil habitantes, conforme estudos de Waiselfisz (2011), tais cidades se tornaram mais atraentes para os criminosos, que passaram a emigrar dos estados mais violentos em decorrência da participação mais ativa do Estado e de representações da sociedade civil organizada.

Entre as cidades concebidas como de porte médio ou cidades médias, se considerarmos a classificação da Rede de Estudos sobre Cidades Médias (RECIME), no âmbito da Região Nordeste, Campina Grande expressa bem o crescimento da violência, especialmente se comparada a outras cidades com importância regional, a exemplo de Petrolina e Mossoró.

De acordo com os dados do Ministério da Justiça (2006), Campina Grande, entre os municípios com população superior a 100 mil habitantes, também se destaca quanto a outros indicadores: a) crimes violentos letais e não letais; b) delitos envolvendo drogas; c) homicídios dolosos; d) lesões corporais; e) estupro; f) roubos; e g) furtos.

A análise geográfica de Campina Grande sobre os efeitos do medo decorrente das expressões de violência assume uma posição de grande relevância, tendo em vista a natureza da cidade. Por um lado, esta se caracteriza como provinciana, com fortes limitações em seu espaço urbano; por outro, destaca-se por sua importância geográfica no contexto regional. Isso ficou evidenciado por meio dos resultados obtidos na pesquisa de iniciação científica realizada em 2010 (*Mapeamento da violência urbana em Campina Grande*), cujos resultados possibilitaram identificar que a violência se expressa territorialmente em setores bem delimitados da cidade (Santos, 2011), sendo, contudo, mais expressiva em locais de uso público.

O fato é que a complexidade das práticas territoriais que caracterizam as atuais sociedades urbanas tem levado os indivíduos a deixarem de lado o sentimento de pertencimento e a se afastarem do interesse pelo uso e pela contemplação do lugar em

que vivem, especialmente em relação aos locais de uso público. Esses locais, conforme resultados anteriormente obtidos (Santos, 2011), passam a ser configurados como espaços em que as práticas de violência exercem maiores transtornos.

Caracterizadas como um dos principais problemas urbanos das sociedades de hoje, as práticas socioespaciais de violência correspondem a uma realidade evidenciada na maioria das cidades e se tornam um problema social. Por afetar diretamente a coletividade, a violência, se não for controlada com os arcabouços necessários, de forma rápida e eficiente, conduz o indivíduo, habitante de determinada área urbana, à limitação do uso de seus espaços, distanciando-o de seu cotidiano, especialmente daqueles de acessibilidade coletiva.

Como ressalta Tangerino (2007), a ausência de infraestrutura e de equipamentos urbanos é um aspecto determinante na reprodução das práticas criminosas. Assim, por terem de viver segregadas dos indivíduos que realizam práticas violentas, as pessoas passam a ter de obedecer às regras impostas por esses indivíduos, a exemplo do uso das ruas em horários predeterminados e da obediência à lei do silêncio. Isso faz com que a coletividade reproduza o sentimento de medo e insegurança e seja obrigada a sobreviver em condições de grande instabilidade.

De acordo com os dados oficiais da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), se comparada a outras cidades regionais do Nordeste, Campina Grande “externa os problemas sociais característicos de grandes centros, dos quais se destacam os indicadores de crimes letais e não letais” (Silveira, 2008, p. 129).

Os indicadores da difusão das práticas agressivas ao ambiente urbano estão normalmente associados à exclusão social decorrente de um processo histórico de aleijamento de parte da sociedade ao uso do ambiente urbano e têm, “na representação das relações culturais e antropológicas pela sujeição ou mesmo pela necessidade, sua maior expressividade” (Eufrásio, 2009, p. 104). A violência caracteriza-se, portanto, como uma “intervenção física voluntária de um indivíduo ou grupo contra outro, com o escopo de torturar, ofender ou destruir” (Diniz, 1998, p. 781), o que impossibilita o outro de exercer seu direito à cidade.

Entre os indicadores responsáveis pela usurpação do direito à cidade, destacam-se tanto aqueles relacionados à exclusão socioeconômica (desemprego, falta de condições dignas de moradia etc.) quanto os de ordem efetivamente social. Estes são representados pela difusão dos tráficos de drogas, de armas e de pessoas, materializados pela disputa armada por domínios de territórios em alguns setores da cidade e pelo aumento da prostituição e da depredação do patrimônio público. Esses indicadores encontram na mídia um dos principais veículos de difusão da sensação de medo urbano (Silveira, 2008).

A geografia da violência a partir da análise do discurso

De acordo com Minayo (2005, p. 81), o uso do método qualitativo possibilita ao pesquisador a “compreensão interpretativa da ação social”. Se inserirmos a produção do espaço como expressão dessa ação, concluiremos que esse método permite uma apreensão mais substancial acerca das características e limites de cada ator social envolvido na pesquisa.

Nessa perspectiva, seria mais apropriado o uso do termo “sujeito social”, em vez de “ator social”, uma vez que este não se limita às representações ou aparências do contexto espacial, mas utiliza a essência dessa conjuntura ao produzir discursos e materializar intencionalidades, elementos que correspondem a um dos objetivos da pesquisa qualitativa (Minayo, 1998).

O método qualitativo permite identificar as motivações que levam os sujeitos sociais ao exercício de suas práticas espaciais, a partir da fundamentação de elementos que sustentam a produção de um discurso capaz de representar, em sua análise, o posicionamento de todo o segmento social (Souza Júnior, 2009, p. 31).

Por meio da análise do discurso, encontra-se uma base instrumental para o estudo qualitativo das práticas socioespaciais de produção do espaço, tendo como referencial técnico a obtenção das ideias centrais e da produção do discurso do sujeito social (Souza Júnior, 2009).

A aplicabilidade do método e dos procedimentos técnicos inerentes a ele foi desenvolvida a partir da elaboração de uma hemeroteca por estudantes do GIDs da Unidade Acadêmica de Geografia, seguida da análise de questionamentos realizados junto à população de Campina Grande.

A hemeroteca foi organizada a partir da análise dos casos de violência publicados em dois jornais de circulação estadual – o *Correio da Paraíba* e o *Diário da Borborema* –, tendo a cidade de Campina Grande como recorte territorial analítico. Por meio da hemeroteca, buscamos identificar os diferentes discursos que expressam a sensação de medo decorrente da relação entre os eventos de violência e o espaço.

Para isso, levamos em consideração o *corpus* das matérias que utilizamos para a elaboração das análises do discurso. As reportagens foram selecionadas a partir da observação de palavras que expressavam algum tipo de violência ou faziam alusão aos tipos de violência. Após a seleção e a análise das palavras, organizamos uma tabela observando a posição, a proporção e o tamanho da matéria na reportagem, destacando as principais palavras para fundamentar a análise.

Em síntese, organizamos a atividade a partir dos seguintes procedimentos: a) seleção das reportagens; b) síntese da relação entre os eventos por bairros de ocorrência e a quantidade de palavras destacadas; e c) análise de discurso entre os eventos.

Diante da utilização do método qualiquantitativo, baseado na elaboração da hemeroteca e das informações oficiais, confeccionamos um perfil da materialização da violência em Campina Grande, cujas expressões de violência, apesar de ser ela uma cidade de porte médio, estão a cada mês aumentando e variando, inclusive em períodos, de uns bairros para outros (Santos, 2010).

A partir da sobreposição das informações obtidas na hemeroteca e dos registros oficiais, percebemos uma proximidade entre os resultados da análise das reportagens e as práticas cotidianas dos sujeitos entrevistados. Um dos aspectos observados mais importantes foi a evidência de uma concentração da violência em bairros mais centrais da cidade, contrariando as relações históricas, que associavam as práticas de violência a localidades periféricas, especialmente no que se refere a assaltos, homicídios e tráfico de drogas.

A violência urbana, como evento presente na realidade dos espaços urbanos, não está, portanto, atrelada à questão social, mas às condições de uso dos espaços. Contudo, a imagem criada pelo discurso do medo está inserida em diferentes contextos da sociedade e gera um discurso de insegurança.

Considerações finais

A violência nos espaços urbanos tem sua materialidade expressa em eventos reais, mas pontuais. Isso nos leva a questionar se a violência ocorre como evento no urbano ou do urbano. Essa reflexão ganha uma conotação mais polêmica se consideramos as consequências desses eventos para a materialização da geografia do medo ou da insegurança urbana, pautada na difusão dos discursos, especialmente aqueles gerados oficialmente pela mídia, caracterizados pelo sensacionalismo exagerado ou pela própria imagem coletiva que passa a ser criada na cidade.

O fato é que a violência urbana, no contexto real, tem passado por um processo de desconcentração territorial, mas, no campo das imagens, fomenta o sentimento geral de medo do uso dos espaços. A compreensão dos desdobramentos da influência das práticas de violência na produção de uma imagem negativa da cidade, representada pelo desincentivo da troca de relações sociais nos espaços e do próprio uso dos espaços, apresenta-se como um importante desafio aos estudiosos do urbano.

Nesse contexto, a violência nos espaços urbanos influencia diretamente a constatação de que a cidade passa por uma nova “crise”, reproduzida pela redução do uso de seus espaços, o que fomenta a difusão da geografia do medo e da insegurança no âmbito

das dinâmicas socioterritoriais, segundo as intencionalidades específicas dos sujeitos responsáveis não apenas por sua produção, mas também por sua apropriação.

É com esse entendimento que encerramos este estudo, na esperança de que as provocações expressas ao longo deste texto sirvam como ponto de partida para novas reflexões geográficas acerca da influência das intencionalidades de difusão do discurso do medo e da insegurança a partir dos registros da violência nos espaços urbanos e das consequências da desconcentração da violência para cidades de porte intermediário, uma vez que o Estado encontra-se desprovido de condições para absorver essa nova tendência geográfica.

Referências

- ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de filosofia*. Tradução da 1ª edição brasileira coordenada e revisada por Alfredo Bosi. 6 ed. São Paulo: WMF/Martins Fontes, 2012.
- AUDI, Robert. *Dicionário de filosofia de Cambridge*. Tradução de João Peixoto Netto, Edwino A. Royer et al. São Paulo: Paulus, 2006. (Coleção de Dicionários.)
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. *Impacto da violência na saúde dos brasileiros*. Brasília, 2000 (CD-ROM).
- CARLOS, Ana Fani A. *Espaço-tempo na metrópole: a fragmentação da vida cotidiana*. São Paulo: Contexto, 2001, 368 p.
- DINIZ, Maria Helena. *Dicionário jurídico*. São Paulo: Saraiva, 1998, v. 4.
- EUFRÁSIO, Marcelo Alves Pereira. *História do direito e da violência: recortes de uma abordagem interdisciplinar*. Campina Grande: EDUEPB, 2009, 176 p.
- GOMES, Enoque (org.). *A crise social e os riscos à estabilidade: alternativas de desenvolvimento com cidadania e qualidade de vida – o outro lado da modernidade*. Recife: UFPE, 1993, 104 p.
- HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, 400 p.
- LE GOFF, Jacques. *Por amor às cidades: conversações com Jean Lebrun*. Tradução de Reginaldo C. C. de Moraes. São Paulo: UNESP, 1998.
- LEFÈVRE, Fernando e LEFÈVRE, Ana M. C. *O discurso do sujeito coletivo – um novo enfoque em pesquisa qualitativa (desdobramentos)*. Caxias do Sul: EDUCS, 2003, 256 p.
- MINAYO, Maria C. de S. (org.). *O desafio do conhecimento. Pesquisa qualitativa em saúde*. 5 ed. São Paulo: Hucitec, 1998, 270 p.
- . *Avaliação por triangulação de métodos: abordagem de programas sociais*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2005.
- MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. *Análise das ocorrências registradas pelas polícias civis (janeiro de 2004 a dezembro de 2005)*. Secretaria Nacional de Segurança Pública, Departamento de Pesquisa. Análise da informação e formação de pessoal de Segurança Pública. Brasília, 2006. Disponível em <http://portal.mj.gov.br/data/Pages/MJA21B014BPTBRNN.htm>. Acesso em jan. 2012.
- RODRIGUES, Arlete Moysés. “Geografia e violência urbana”. In PONTUSCHKA, N. N. e OLIVEIRA, A. U. (orgs.). *Geografia em perspectiva: ensino e pesquisa*. São Paulo: Contexto, 2002, pp. 77-86.
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 2 ed. São Paulo: EDUSP, 1997. (Coleção Milton Santos, v. 1.)

- SANTOS, Samara Iris. *Relatório PIBIC 2010-2011: o mapeamento da violência urbana na cidade de Campina Grande: tendências e desafios*. Campina Grande: UFCG, 2010.
- . *Mapeamento da violência urbana em Campina Grande* (relatório PIBIC). PROPEX/UFCG: Campina Grande, 2011.
- SEARLE, John R. *Intencionalidade*. Tradução de Julio Fischer e Tomás Rosa Bueno. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002, 391 p. (Coleção Tópicos.)
- SILVEIRA, Andréa Maria. “A prevenção dos homicídios: desafio para a segurança pública”. In BEATO, C. (org.). *Compreendendo e avaliando projetos de segurança pública*. Belo Horizonte: UFMG, 2008, pp. 119-66.
- SOUZA JÚNIOR, Xisto Serafim de Santana de. *A participação dos movimentos sociais urbanos na produção do espaço de João Pessoa/PB* (tese). UNESP, 2008, 341 p.
- . “A análise do discurso como estratégia na identificação das intencionalidades e práticas espaciais dos movimentos sociais urbanos de João Pessoa/PB”. In RAMIRES, J. C. de L. e PESSÔA, V. L. S. (orgs.). *Geografia e pesquisa qualitativa: nas trilhas da investigação*. Uberlândia: Assis, 2009, pp. 25-48.
- TANGERINO, Davi de Paiva Costa. *Crime e cidade: violência urbana e a Escola de Chicago*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007, 174 p.
- WASELSFISZ, Júlio Jacob. *Mortes matadas por armas de fogo no Brasil, 1979-2003*. Brasília: Unesco, 2005.
- . *Mapa de violência dos municípios brasileiros*. Brasília: MJ/MS/RITLA/Instituto Sangari, 2008.
- . *Mapa de violência 2012: os novos padrões da violência homicida no Brasil*. São Paulo: MJ/MS/RITLA/Instituto Sangari, 2011.